

PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO: BRASIL X ARGENTINA

Plan of internationalization: Brazil x Argentina

Leonice THOMAZZI

Faculdade Max Planck

Pollyanna MOLICA

Faculdade Max Planck

Priscila VIEIRA

Faculdade Max Planck

José Roberto SACCOMANI

Faculdade Max Planck

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma noção dos conceitos de exportação e importação, a importância dos mesmos e o que podem vir agregar em termos de negócios a um país que faz uso dessas atividades. Desde de tempos, a relação entre o Brasil e a Argentina foi complexa, mas extremamente necessária, já que as possibilidades de comercialização entre os países são amplas e favoráveis. Procurou-se fazer um breve panorama histórico e, logo após, a exposição da situação atual, identificando oportunidades de fortalecimento para o Brasil que, se focar o comércio primeiramente com a América Latina, pode tornar-se referência de negócios em âmbito mundial.

Palavras-chave: Importação; exportação; relações internacionais; Comércio; Brasil; Argentina.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present a notion of the concepts of export and import, their importance and what may come in terms of aggregate business to a country that makes use of these activities. Since the stroke, the relationship between Brazil and Argentina was complex, but extremely necessary, since the possibilities of trade between countries are wide and supportive. We tried to make a brief historical overview and, soon after the exposure of the current situation, identifying opportunities for strengthening Brazil, which primarily focus on trade with Latin America may become a reference for businesses worldwide.

Keywords: Import, export, international relations, Trade, Brazil, Argentina.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as empresas, dentre suas diversas formas de comercialização, podem estar aptas a se internacionalizar, buscando alternativas à sua capacidade de produção, ampliação de sua carteira de clientes, aprimoramento ou até mesmo aquisição de novas tecnologias, minimizando os riscos de mercado, tendo a possibilidade de focar em economias melhores estruturadas e crescer

profissionalmente, aliando a construção de uma imagem internacional, entre outros fatores que visam ao desenvolvimento organizacional.

Explorar novos mercados significa altos investimentos para a empresa, e é neste ponto que deve haver muitos estudos, pesquisas e também certa versatilidade. Produtividade e contenção de custos são partes estratégicas para a geração de lucros, para o maior fluxo financeiro e conseqüentemente para se manter cada vez mais competitiva no seu segmento. Portanto, apostar na internacionalização e, ao mesmo tempo, buscar o uso inteligente dos recursos dispostos, é um desafio que resulta em mover todos os esforços em prol de oportunidades.

O governo é de extrema relevância e pode oferecer ao empresariado parcerias visando a um objetivo comum: trazer divisas, desenvolver sua indústria nas diversas áreas e o aumentar a participação comercial, atraindo maiores investimentos para o país. Além do mais, o governo pode promover acordos comerciais entre países ou blocos, tendo em vista propósitos econômicos e o desenvolvimento dos participantes. Esses acordos podem ser bilaterais ou multilaterais e o principal objetivo é promover o comércio e a economia mundial, trabalhando em prol de ganhos e da evolução dos países envolvidos neste processo.

Nesse artigo será discutida a importação e a exportação como formas de internacionalização de um país. A importância da exportação como uma ferramenta para expandir os negócios, diversificação de mercados e, conseqüentemente, redução de riscos em tempos de crises. Em paralelo, as importações com a vinda de novas tecnologias e o aumento da quantidade de produtos disponíveis, dando impulso à concorrência que, por sua vez, implica em disputa das empresas por preços acessíveis a uma melhor qualidade.

Também se discutirá o comércio entre o Brasil e a Argentina que, em 2008, demonstrou um grande potencial dessa parceria econômica. O Brasil pode cada vez mais se fortalecer e firmar-se atuando na Argentina, considerando as vantagens culturais e geográficas, sendo um país de referência comercial para a América Latina.

CONCEITO DE EXPORTAÇÃO

Para Keedi (2007, p.17), exportar é o ato de remeter a outro país mercadorias produzidas em seu próprio ou em terceiros países, que sejam do interesse do país importador e que proporcionem aos envolvidos vantagens na sua comercialização ou troca. É, portanto, a saída de mercadorias para o exterior.

Os produtos são comercializados com o país comprador através de um contrato de compra e venda internacional, no qual já estão definidos os locais e prazos de entrega. Nestes locais de entrega, ocorre a divisão de riscos e despesas entre os contratantes, ou seja, a transferência de responsabilidades entre o comprador e o vendedor.

No âmbito cambial acontece a exportação quando há o ingresso de divisas para o país.

IMPORTÂNCIA DA EXPORTAÇÃO

A importância da exportação está no aumento da capacidade de produção, na diversificação de mercados, tanto doméstico como externo, otimizando as vendas e, conseqüentemente, gerando lucros para a empresa, além de reduzir riscos a possíveis crises (Keedi, 2007, p.22-23).

De acordo com o mesmo autor, a vinda de novas tecnologias para o país é de extrema importância para o aprimoramento de bens e/ ou serviços, como também para os recursos humanos, proporcionando uma melhor competitividade frente a seus concorrentes. Outro fator se encontra na capacidade produtiva, uma vez que ela pode aumentar seu leque de compradores, havendo crescimento de empregos, do consumo e, posteriormente, o aquecimento da economia do país. Quem disponibiliza seus produtos para o exterior constrói uma marca internacional; esta, se bem estruturada, traz credibilidade e reconhecimento para a empresa e para o país onde atua.

Para a economia brasileira, a entrada de moeda forte no país, na maioria dos casos o dólar, implica em pagamentos de juros e de dívidas, equilíbrio econômico e maior visibilidade de investidores estrangeiros. Estas e outras questões estratégicas contribuem para uma posição de destaque no mercado internacional.

FORMAS DE EXPORTAÇÃO

Direta

A exportação direta ocorre quando há uma venda direta para o comprador localizado em outro país, mesmo que esta negociação seja feita por meio de agentes ou representantes no exterior. Por isso, é fundamental que o vendedor esteja devidamente preparado, tanto com conhecimentos técnicos referentes a seu produto, quanto a informações de mercado, obtendo boas diretrizes em relação ao comércio exterior. Sendo assim, é possível analisar a viabilidade do processo de venda ao exterior (Keedi, 2007, p.225).

Indireta

Envolve a figura de um comprador no mercado interno e vendedor final ao exterior, ou seja, o efetivo exportador, porque cuida da comercialização do produto no mercado externo (Lopez e Gama, 2007, p.225-226).

Empresas como: comercial que tem suas atividades totalmente voltadas para o exterior; comercial que atua no mercado doméstico e externo; cooperativas ou consórcios de exportação; indústria que exporta produtos de terceiros são denominadas Comercial Exportadora. O vendedor fabrica sua mercadoria no país, enquanto que as outras operações como, por exemplo, pesquisas de mercado, promoção comercial, distribuição logística, análise de riscos comerciais e fiscais, todo o processo de comercialização que envolve documentação e certas exigências legais, entre outros, são de responsabilidade da comercial exportadora. Ou seja, a

exportação indireta ocorre quando o fornecedor ou fabricante vende sua mercadoria para a comercial exportadora com a finalidade de ser comercializada com o exterior.

O objetivo é acirrar a competitividade com aquelas empresas que se utilizam da exportação direta, além de se tornar uma alternativa possível a pequenos e médios produtores que não possuem o know-how de atuação no comércio internacional.

TRADING COMPANIES

De acordo com Lopes e Gama, as *Trading Companies* são para o Brasil as comerciais exportadoras, ou seja, suas atividades consistem em adquirir mercadorias no mercado interno para posterior exportação. Conforme a DL 1.248/72, para estas empresas obterem benefícios fiscais é preciso:

- obter registro na SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) e na SRF (Secretaria da Receita Federal);
- serem constituídas sob forma de sociedade por ações (sociedade anônima);
- e ter obrigatoriedade de capital social mínimo de R\$ 748.466,66.

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

É importante ressaltar que o governo brasileiro vem buscando medidas para desonerar das exportações os tributos nacionais, com o objetivo de tornar o Brasil mais competitivo diante do mercado internacional. Os tributos obtêm grande relevância na formação de preços dos produtos. Portanto é de dever do exportador se manter informado sobre a legislação do país. Os principais são:

- IE: Imposto de Exportação. Incide sobre produtos nacionais ou nacionalizados importados a título definitivo, que possui a finalidade de ser comercializado com o

exterior. A regra é a não incidência ou alíquota zero, tendo em vista o melhor desempenho nacional no mercado internacional.

- ICMS: Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. O ICMS não tem incidência sobre operações destinadas ao exterior.

- IPI: Imposto de Produtos Industrializados. Não há incidência sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

- PIS: Programa de Integração Social. Contribuição destinada ao financiamento do programa de seguro desemprego e o abono anual aos empregados.

- Cofins: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Contribuição destinada às áreas de saúde, previdência e assistência social. Incide sobre o faturamento mensal, excluídas as receitas decorrentes de exportação.

FORMAS DE PAGAMENTO

Abaixo seguem as formas de pagamentos mais utilizados na operação de importação e exportação, de acordo com Lopes e Gama (2007, p.237-241):

Pagamento Antecipado

Geralmente ocorre quando são negociados bens sob encomenda, em casos de diminuição do valor da mercadoria e/ou quando o importador não é conhecido nos meios comerciais.

Remessa sem Saque

Não há emissão da letra de cambio. Caracteriza-se como menos onerosa por não depender de expedição de documentos por meio bancário, mas em contrapartida se torna de alto risco se não tiver confiança total importador.

Cobrança Bancária

Neste caso o banco é responsável pelo pagamento do importador feito ao exportador. O pagamento só é realizado a partir da certificação (por meio de documentos) da procedência e recebimento das mercadorias incluindo todos os trâmites legais.

Vendas Financiadas

Formas de crédito com prazos de pagamento negociáveis ao comprador. Caracterizam-se também pelos juros calculados e cobrados separadamente.

Carta de Crédito

Garantia bancária (banco do importador) a favor do exportador, que assegura o pagamento correspondente a sua exportação, sempre que apresente documentação comprobatória.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA

A Figura 1 apresenta dados sobre as exportações brasileiras para a Argentina, referentes aos principais produtos exportados em 2009.

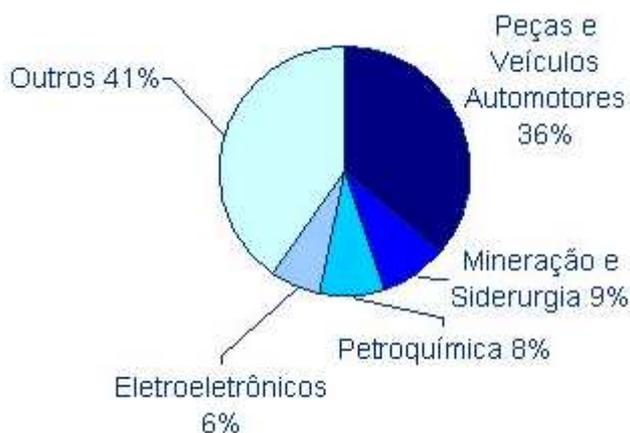


Figura 1 – Exportação brasileira para a Argentina em 2009.

Fonte: http://www.camarbra.com.br/economia/export_brasileira_argentina.asp

Na Tabela 1 também são apresentados dados relativos às exportações brasileiras para a Argentina no período de janeiro a agosto de 2009:

Tabela 1 – Exportação para a Argentina (jan a ago de 2009).

EM US\$ 1.000 FOB ⁴			
	VALOR	PART. (%)	ACUM. (%)
Argentina	7.170.309	7,33	32,31

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Exportacao/2009/agosto/Tabelas/tabela40.htm>

CONCEITO DE IMPORTAÇÃO

Importar é o ato de obter em outros países produtos e mercadorias que sejam de interesse do próprio país, a fim de atender as necessidades da sociedade, da população em si e todo o desenvolvimento do país. Inclui-se também nas importações a compra de bens e serviços tais como a compra de assessorias, turismo, transportes, conhecimentos. Dentro desse parâmetro de importação de

⁴ FOB - *Free On Board* ou Livre a Bordo.

Disponível em: http://www.aprendendoaexportar.gov.br/informacoes/incoterms_fob.htm. Acesso: 22 set. 2009.

bens e serviços, existem dois aspectos a serem considerados: a importação direta e importação indireta (Keedi, 2007, p.23-24).

Importação direta

Nesse caso, não existem intermediários na transação. A importação é efetuada diretamente com o importador e o fabricante, realizando a importação através de representantes ou agentes do próprio exportador, sendo eles somente um elo entre o importador e o exportador.

Importação Indireta

Ainda sob o ponto de vista do autor, na importação indireta existem intermediários na transação. A importação é efetuada com aqueles que não são seus produtores. A importação pode ser conduzida de forma definitiva ou temporária, ou seja, sendo definitiva a mercadoria será incorporada ao ativo do país importador, sendo considerada um produto nacional para todos os efeitos legais. Sendo temporária, a mercadoria entra no país por determinado tempo, sendo suficientemente para sua operação e retorna ao país exportador. Por exemplo, na utilização de feiras, exposições, ou outros eventos.

Na forma de pagamento, a mercadoria poderá ser com ou sem cobertura cambial. Com cobertura cambial, a mercadoria será paga pelo exportador. Na compra com cobertura cambial terá uma contratação de cambio; é a compra da moeda estrangeira pelo importador, em contra partida com a moeda nacional, sendo feita à transação por um banco autorizado a operar o cambio. Não cobertura cambial trata-se de uma transação que o importador não efetuará nenhum pagamento ao exportador, sendo não onerosa.

IMPORTÂNCIA DA IMPORTAÇÃO

A importância das importações está na diversificação de mercados, abrindo-se um leque de fornecedores, diluindo riscos, aumentando a quantidade de produtos fornecidos, inclusive com maior variedade. Com a globalização e a variedade de produtos no mercado, o preço é um fator importante, pois é menor o risco de altos preços. E com o advento da tecnologia poderão ser feitas reduções de custos e melhorias na qualidade (Keedi, 2007, p.25-26).

Existem diversas motivações que ligam os interesses dos países que têm como objetivo importar mercadorias. Se um determinado país tem em posse reservas abundantes e existe outro país sem esses recursos e que, por si próprio, não tem possibilidade de suprir sua necessidade, dá-se a devida importância ao comércio exterior: em foco a importação, que é a busca de recursos, mercadorias, bens e serviços para as suas próprias necessidades. Essa troca de mercadorias se torna relativamente importante para o crescimento da economia e o desenvolvimento de cada país, pois, tanto a abundância, quanto a sua falta dão se o motivo para a realização do comércio exterior. Há algumas razões que levam os países a importar, tais como: clima de um país onde determinado produto possa ser produzido, cultivado em excelentes condições, sendo que em outros países não existem essa possibilidade devido a fatores climáticos como muita chuva ou altas temperaturas, presença de neve, tornados em freqüência, etc. O fator trabalho, por não estar dentro das necessidades de cada país, mesmo sendo abundante no mesmo, obriga a importação a fim de viabilizar o desejado quanto à produção. Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico não adequado ao país o obriga a buscar “fora” a adequação e condições melhores de produção.

Deste modo, o autor menciona que:

“Deve-se levar em conta, também, que a importação pode abrir campo para a exportação, pois nunca se deve esquecer que o comércio é uma via de duas mãos, portanto, comprar pode abrir espaço para negociação para exportação dos produtos do país importador”(Keedi, 2007, p.25-26).

Enfim, existem muitos fatores motivacionais a serem analisados quanto a importação, porém, também não existem esses fatores por simplesmente serem

acordos políticos e/ou relações comerciais. Na íntegra, mesmo tendo condições favoráveis ou não, haverá impedimento para a realização do comércio exterior.

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

Os tributos de importação são aplicados às mercadorias que adentram o território nacional e são de caráter cumulativo. São eles:

- I.I.: Imposto de Importação. Incide sobre a entrada dos produtos estrangeiros no território nacional ou de sua nacionalização. A aplicação da alíquota é fixa ou *ad valorem* (calculada sobre o valor do produto).
- IPI: A alíquota é variável de acordo com o produto industrializado. O seu campo de incidência abrange todos os produtos relacionados na tabela de incidência do IPI (TIPI).
- ICMS: Incide sobre o valor resultante da aplicação do IPI, isto é, valor aduaneiro mais I.I. mais IPI, adicionando-se o imposto sobre operações de câmbio (Lopez e Gama, 2007, p.321).
- Pis e Cofins: O valor da alíquota é 9,25% sobre sua base de cálculo (1,65% de Pis e 7,60% de Cofins).
- AFRMM: Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante. Corresponde a 25% sobre o valor cobrado no conhecimento de embarque marítimo (Bill of Lading-B/L), convertido pelo valor fiscal da moeda declarada, estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Lei nº 10.893, de 13/07/2004, art. 6º) (Lopez e Gama, 2007, p.322).

FORMAS DE PAGAMENTO

Na Importação pode-se fazer uso das mesmas condições aplicadas na exportação, mas existem algumas particularidades, a seguir:

Importações a Prazo

Em até 360 dias, devem constar na DI (Declaração de Importação) todas as condições negociadas. Em acima de 360 dias, deve haver o preenchimento do ROF (Registro de Operação Financeira) junto ao Banco Central. O ROF é um sistema do Sisbacen, que tem como função registrar as operações financeiras entre o Brasil e o exterior.

Importante ressaltar que, mais de 94% das nossas compras externas são pagas em até 360 dias, 16% do total importado são pagos entre 180 e 360 dias e 78% restantes os pagamentos são efetuados em até 180 dias, já incluso o pagamento à vista representando 14% do total (Lopes e Gama, 2007, p.325).

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES: BRASIL E ARGENTINA

A Figura 2 mostra os principais segmentos de produtos argentinos que compuseram cerca de 70% das importações brasileiras, no período de janeiro a maio de 2009.



Figura 2 – Importação brasileira da Argentina, de janeiro a maio de 2009.

Fonte: http://www.camarbra.com.br/economia/impор_brasileira_argentina.asp

A Tabela 2 também ilustra as importações brasileiras da Argentina, no período de janeiro a agosto de 2009.

Tabela 2 – Importações brasileiras da Argentina, de janeiro a agosto de 2009.

EM US\$ 1.000 FOB			
PAÍSES DE AQUISIÇÃO	VALOR	PART. (%)	ACUM. (%)
Argentina	5.424.538	6,96	44,55

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Importacao/2009/agosto/tabelas/tabela50.htm>

A Tabela 3 apresenta alguns dados da relação comercial Brasil x Argentina entre 2005 e 2007.

Tabela 3 – Relação comercial Brasil x Argentina – 2005 a 2007.

Relação Comercial Brasil x Argentina - Em US\$ FOB					
	2007	Var. %	2006	Var. %	2005
Exportações	14.416.945.588	22,81	11.739.591.939	18,22	9.930.152.936
Importações	10.404.245.932	29,19	8.053.262.647	29,04	6.241.110.029
Saldo	4.012.699.656	8,85	3.686.329.292	-0,07	3.689.042.907
Corrente de Comércio	24.821.191.520	25,40	19.792.854.586	22,40	16.171.262.965

Fonte: <http://www.global21.com.br/guiadoexportador/argentina.asp>

Da mesma forma, a Tabela 4 apresenta dados da relação comercial Brasil x Argentina, em 2008.

Tabela 4 – Balança comercial Brasil x Argentina – 2008.

Balança Comercial Brasil - Argentina / 2008				
Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	1.302.004.231	1.129.041.252	172.962.979	2.431.045.483
FEV	1.318.996.742	1.143.759.393	175.237.349	2.462.756.135
MAR	1.346.273.998	1.021.430.407	324.843.591	2.367.704.405
ABR	1.369.740.262	940.109.472	429.630.790	2.309.849.734
MAI	1.640.708.606	1.063.225.296	577.483.310	2.703.933.902
JUN	1.611.267.228	941.288.005	669.979.223	2.552.555.233
JUL	1.763.558.191	1.095.238.518	668.319.673	2.858.796.709
AGO	1.699.697.528	1.147.960.287	551.737.241	2.847.657.815
SET	1.732.030.711	1.454.557.563	277.473.148	3.186.588.274
OUT	1.641.360.545	1.418.418.229	222.942.316	3.059.778.774
NOV	1.239.984.497	1.030.426.532	209.557.965	2.270.411.029
DEZ	939.998.381	872.470.707	67.527.674	1.812.469.088
Acumulado	17.605.620.920	13.257.925.661	4.347.695.259	30.863.546.581

Fonte: <http://www.global21.com.br/guiadoexportador/argentina.asp>

A Figura 3 mostra os estados brasileiros que mais exportaram para a Argentina em 2008.

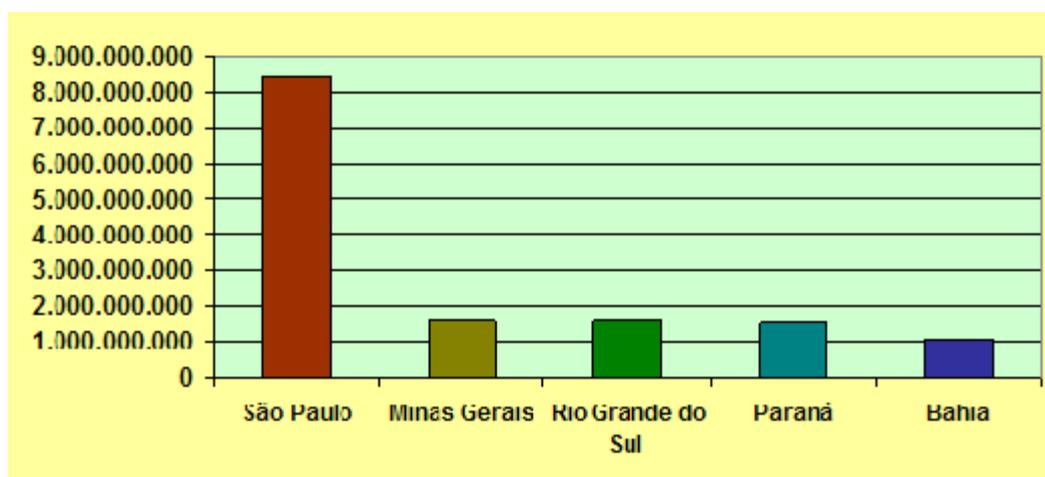
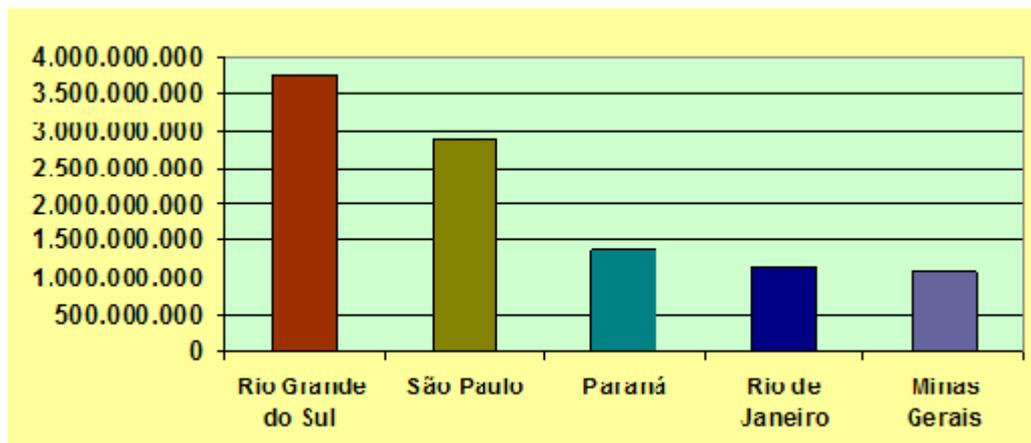


Figura 3 – Maiores estados exportadores para a Argentina 2008.

Fonte: <http://www.global21.com.br/guiadoexportador/argentina.asp>

A Figura 4 mostra os estados que mais importaram da Argentina em 2008.



Fonte: <http://www.global21.com.br/guiadoexportador/argentina.asp>

A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA – PANORAMA HISTÓRICO⁵

Segundo Reckziegel⁶, no início da década de 1950, laços comerciais muito importantes para ambos os países se estreitavam. Devido a questões financeiras e de fortalecimento político frente às nações, o embaixador do governo brasileiro em Buenos Aires, Batista Lusardo, ótimo estrategista e figura bem aceita em questões de comércio bilateral, em seus contatos com o Presidente Getulio Vargas relatava as entrevistas feitas com o presidente argentino Juan Domingo Perón. Tudo girava em torno do intercâmbio comercial e possíveis acordos que posteriormente seriam feitos.

O ex-ministro Raul Fernandez se mostrava pouco otimista em relação à disposição de Lusardo em acelerar a tramitação que envolvia produtos como trigo, café, madeira, frutas entre outros. Seus argumentos perante João Neves da Fontoura, ministro das relações exteriores, eram de que os acordos anteriores não deram certo por não serem respeitados pelo governo argentino e que medidas só eram tomadas por conveniência do país, sob o ponto de vista da autora.

⁵ O tópico A integração entre Brasil e Argentina – Panorâma Histórico foi extraído do site <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h2-02.pdf>> Acesso: 15 set.2009.

⁶ Professora titular do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutora em História.

O ministro João Neves não era muito adepto à idéia de firmar relações comerciais entre Brasil e Argentina. Para ele, era muito mais interessante um alinhamento político com os Estados Unidos, justamente por Péron defender a chamada terceira posição. A terceira posição se tratava de uma neutralidade perante a Guerra Fria e preconizava uma política de independência econômica e justiça social, oferecendo uma ajuda aos países que a necessitavam. A política Peronista insistia em formação de blocos econômicos regionais tendo como finalidade acelerar o intercâmbio de comércio. Em 1946, a Argentina propõe uma união dos países do Sul com Bolívia e Chile e, em 1950, com Brasil e Chile. Nessa fase se estabelecem as negociações comerciais entre Brasil e Argentina, mas tendo poucos avanços, já que a Argentina atravessava uma grave crise econômica, segundo Reckziegel.

A autora menciona como busca de soluções para essa crise a implantação por Perón de um plano rigoroso controlando determinados tipos de gastos e incrementando o setor agrário, que por algum tempo havia sido deixado de lado. Destinando mais recursos a esse setor, esperava-se ganhos em exportação, superando o desequilíbrio da balança comercial. Esse estímulo tinha como finalidade o aumento de importação de máquinas e insumos agrícolas e construção de novos silos para armazenagem de grãos, com objetivo de 50% de aumento da área plantada. Através disso, o governo argentino tentou estreitar suas relações com o Brasil.

Devido à oposição de setores não alinhados com a política de aproximação bilateral, os esforços de Lusardo não foram suficientes, provocando assim uma barreira nas negociações. O ministro João Neves sugeriu até o adiamento do acordo. Mas, apesar de ambos os países terem razões suficientes para manter e potencializar essas transações, Lusardo deixa claro que o Brasil estaria em posição de vantagem pelo fato de a Argentina estar sem condições de exigências. Foi criada em Buenos Aires uma comissão tendo como finalidade avaliar as reais condições da Argentina. O presidente da comissão era Leopoldo Diniz, cujo relato dizia que o país estava em pleno racionamento, altas taxas de desemprego, faltavam matérias-primas e o único produto em abundância era a lã.

Apesar das críticas, João Neves reconhecia que os acordos comerciais eram necessários; apesar de tudo era importante para atender os madeireiros e ervateiros, sendo essa política recíproca. Para acelerar entendimentos foi enviado à Buenos Aires o ministro João Alberto, a fim de levantar informações para a realização do acordo. A barreira encontrada era justamente o preço do trigo, que atingia 30% dos preços dos mercados norte-americanos. Isso era um absurdo, embora tivesse uma previsão de alta safra nos países produtores de trigo, automaticamente forçando a Argentina a diminuição de seus preços. Por outro lado, havia o interesse de Perón na troca de mercadorias como cacau, madeira, ferro, aço, erva-mate. Devido à falta de objetividade do Brasil, as negociações corriam o risco de fracassar e o acordo não ser firmado, segundo Reckziegel.

Segundo a autora, por todo o ano de 1952 percorreram os desacertos bilaterais sem nenhum resultado concreto. O próprio ministro João Alberto declarou que mesmo com todas as diferenças encontrava-se mais vantagens no comércio fora do dólar. Suas intenções estavam mudando. O clima instável ainda não tinha sido amenizado com a declaração de João Alberto. Miguel Miranda, conselheiro econômico de Perón, ainda argumentava que o preço do trigo era idêntico aos de outros países e que, além disso, a Argentina disponibilizaria algumas toneladas para serem computadas na conta da dívida com o Brasil. O mesmo fazia acusações dizendo que grandes comissões seriam pagas à aqueles que defendiam a compra do trigo em dólar.

As pressões vinham de todos os lados. O Brasil não pagaria mais que 15% sobre o chamado preço internacional, sendo que a Argentina não pagaria mais que 15% sobre produtos que o Brasil estava vendendo acima dos valores mundiais, como o café, madeira, entre outros.

Sabendo-se da necessidade que o Brasil tinha em importar trigo e não dispender de dólar, finalmente, em 23 de março de 1953, o acordo foi firmado, sendo a parte da Argentina a exportação de 1500 toneladas de trigo e por parte do Brasil a venda de madeira no valor de 50% sobre o acordo, café 25%, aço 4% e cacau 3%, além de frutas, ervas, etc.

A posição da Argentina deixava claro que esse acordo possuía uma importância que ultrapassava as negociações internacionais e favorecia as relações dos países do bloco sul-americanos. Com todas essas negociações conturbadas surge um novo período de enfretamento bilateral que girará sobre o café.

A trégua durou pouco tempo. Os desacordos começaram a partir das supostas reexportações do café, uma vez que esse produto era destinado a atender as necessidades internas do país e não poderiam reexportá-lo para outros mercados. O caso exigiu um posicionamento do presidente Vargas em relação ao país vizinho. Em 2003, as conclusões do inquérito sobre as reexportações foram: elas aconteceram fora da jurisdição e fora do controle das autoridades argentinas; aconteceram fora da intervenção dos bancos autorizados da República Argentina, não entrando nas contas as divisas provenientes dessas operações, ainda sob o ponto de vista de Reckziegel.

As explicações do governo argentino não foram suficientes. As averiguações feitas pelo Brasil nas investigações sobre o contrabando de café mostraram, em alguns casos, que consulados argentinos haviam arquivado os manifestos legalizados para a República Argentina de mercadorias já embarcadas, cujas saídas só foram autorizadas pelas autoridades brasileiras com destino a atender o consumo interno da Argentina.

Houve grandes manifestações por parte da imprensa, sendo que muitas autoridades foram acusadas, entre elas: Lusardo, de ter sido conivente com a fraude; Vargas, em estar mantendo o embaixador no posto; e até Maciel Filho, executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito, concluindo que existia uma organização internacional que agia em detrimento dos países. Esse grupo comercial havia praticado várias violações, entre elas falsificação de documentos de destinos de importação, fraudes em contratos de compra e venda, subtraindo divisas da Argentina de várias formas. Depois da acareação foram presos vários membros desse grupo, tais como Abraham Kripper. O desfecho do caso se findou com a Argentina tomando as providências para o desbarato do contrabando, segundo a autora.

O fato de Vargas ter mantido Lusardo na embaixada não sustentou a permanência de João Neves, que renunciou em 1953. O afastamento não garantiu a tranqüilidade das relações entre Brasil e Argentina. Diversas especulações foram feitas sobre o assunto, os setores de oposição seguiram acusando Perón de tentar cooptar o Brasil para a órbita de um bloco regional, objetivando o enfretamento aos EUA. Depois de tantas, esbarram-se as possibilidades de dar curso às relações comerciais com a Argentina. No antiperonismo convicto de setores de oposição no Brasil estavam dados os limites de aproximação com o país vizinho, na opiniao da mesma autora.

A CONTRIBUIÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL – ARGENTINA NA FORMAÇÃO DO MERCOSUL

Após tantos contratempos, Brasil e Argentina se encontram novamente na tentativa de compor o bloco econômico Mercosul, buscando beneficiarem-se de todas as vantagens que estes tipos de acordos podem trazer para os países.

Segundo Schweig, Evangelista e Nique⁷, os principais esforços para se formar o Mercosul estão ligados às relações entre Brasil e Argentina, que são as maiores economias do bloco. O primeiro passo em relação a integração de uma união aduaneira foi realizada através da assinatura da “Declaração de Iguazu”, em 1985, pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsin.

Abaixo, o Quadro 1 mostra os principais eventos que antecederam e contribuíram no estabelecimento do MERCOSUL.

Quadro 1 – Principais eventos que antecederam e contribuíram para o MERCOSUL.

⁷ Autores do artigo ‘Histórico das Relações de Integração Econômica entre Brasil e Argentina e suas influências na Configuração e no Futuro do MERCOSUL’ disponível no site: <http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0057.pdf>> Acesso em 18 set.2009.

Ano	Evento	Descrição e Objetivos
1985	Assinatura da Declaração de Iguazu	Confirmou a disposição de Brasil e Argentina em acelerar o processo de integração bilateral.
1986	Criação da Comissão de Execução do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)	Assinatura da Ata para Integração Argentino-Brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre os dois países, visando a abertura seletiva dos respectivos mercados e estímulo à complementação de setores específicos de suas economias.
1988	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento	Visou constituir, em um prazo de dez anos, um espaço econômico comum entre Brasil e Argentina. Assinatura de 24 Protocolos específicos.
1990	Ata de Buenos Aires e Acordo de Complementação Econômica	Fixação da data para a conformação definitiva de um Mercado Comum, 31 de dezembro de 1994. O Acordo de Complementação incorporou os 24 Protocolos assinados em 1988.

Fonte: www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0057.pdf

No ano de 1986, Alfonsín e Sarney assinaram a ata para a Integração Brasileiro–Argentina e criaram a Comissão de Execução do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) binacional, que se baseava em princípios como flexibilidade, gradualismo, simetria e equilíbrio dinâmico. Assim, buscava-se estender o processo de integração a outros países da América do Sul. Em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que objetivava a completa eliminação de barreiras ao comércio entre os dois países, a adoção de uma TEC e a coordenação de políticas macroeconômicas.

Ainda neste mesmo contexto histórico, destaca-se a eleição de Carlos Menem, na Argentina, em 1989. Segundo dados dos autores, sua política externa buscou reverter a imagem de um país imprevisível, trazendo de volta a Argentina ao “posicionamento normal” de alianças tradicionais com o Ocidente, diferenciando-se da “heterodoxia” das décadas precedentes. Em 1990, os presidentes Menem e Fernando Collor assinam a Ata de Buenos Aires, tendo como maior objetivo a criação de um mercado comum.

A relação entre os dois países passou de conjuntural a estrutural, não importando o regime político, mas levando muito em consideração para o fortalecimento da relação bilateral o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento econômico. Alguns anos após a configuração do Mercosul, fatos

importantes ocorreram. Em 1996, a Bolívia e o Chile adquiriram status de países associados do bloco; em 1997, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem consagram o conceito de Aliança Estratégica entre o Brasil e a Argentina – confirmando assim a aliança entre as duas maiores potências do bloco. Mas em 1999, as relações bilaterais entre os dois países foram afetadas devido à desvalorização do real, fato este considerado pelo Ministro da Economia Argentina, Domingo Cavallo, proposital e contrário à Argentina.

Segundo Schweig, Evangelista e Nique, aliado a este cenário de conflitos bilaterais, a desordem econômica e outros fatos sociais levaram a Argentina a níveis insustentáveis, resultando na renúncia do presidente De La Rúa, em 2001, e, conseqüentemente, influenciando de forma negativa as relações do Mercosul. A partir de 2002, com o mandato de Eduardo Duhalde, seguido pela presidência de Nestor Kirchner, o cenário econômico da Argentina começa a mudar lentamente. Neste período, o Brasil se tornou um parceiro fiel, já que muitas empresas brasileiras investem numa Argentina em crise, com foco estratégico. Em 2002, foi criado o Protocolo de Olivos, que reconhece que a evolução do processo de integração no âmbito do Mercosul requer o aperfeiçoamento permanente do sistema de solução de controvérsias, a fim de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos fundamentais do processo de integração e do conjunto normativo do Mercosul.

Em 2003, os presidentes Lula e Nestor Kirchner assinam o Consenso de Buenos Aires; em 2004 no Rio de Janeiro assinam a ata de Copacabana - esses documentos visam a busca pelo desenvolvimento econômico e a reiteração da aliança estratégica para ambos os países.

Segundo os autores, apesar de todas essas ações objetivando o aperfeiçoamento das relações Brasil e Argentina e também do Mercosul, em 2004 as medidas protecionistas anunciadas pelo presidente Kirchner, às vésperas das Cúpulas do MERCOSUL, e suas críticas feitas a atuação da Petrobrás na Argentina afetaram mais uma vez o relacionamento bilateral. Porém os dois países mantêm os maiores níveis de entendimento e coordenação se tratando de Mercosul, em negociações com os Estados Unidos e a União Européia, bem como as regras de comércio da OMC. A proposta em 2009 para que as trocas comerciais passassem a

ser feitas através das moedas real e peso argentino foi uma das mais recentes ações visando fortalecer as relações entre o Brasil e a Argentina. Este sistema chamado de SML (Sistema de Pagamentos em Moeda Local) permite que as operações comerciais entre importadores e exportadores brasileiros e argentinos realizem pagamentos e recebimentos em suas respectivas moedas. Os principais objetivos são: o aumento de acesso dos pequenos e médios agentes, possibilitar o comércio exterior nas moedas locais, reduzir os custos das transações, entre outros.

Por essas e outras ações, pode-se perceber a importância do Brasil e da Argentina na contribuição para o estabelecimento do Mercosul.

METODOLOGIA

Realizou-se buscas em livros, artigos acadêmicos, jornais e na internet a fim de mostrar conceitos voltados ao comércio exterior, bem como a importação e a exportação, suas importâncias, formas de pagamentos e dados estatísticos da balança comercial entre o Brasil e a Argentina.

“A bibliografia como técnica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data etc. Dessa técnica resultam *repertórios, boletins, catálogos bibliográficos*. É a eles que se deve recorrer quando se visa elaborar a bibliografia especial referente ao tema do trabalho. Fala-se de bibliografia especial porque a escolha das obras deve ser criteriosa, retendo apenas aquelas que interessam especificamente ao assunto tratado”(Severino, 2007, p-134).

Posteriormente, efetuou-se um panorama histórico de comércio entre os dois países, para apresentar a situação nos últimos anos entre Brasil e Argentina, suas estratégias e suas atuações no bloco econômico Mercosul. A coleta de dados se deu através da leitura de artigos acadêmicos atuais que auxiliaram na ordem histórica e na formação de opiniões e conclusões sobre o potencial que o Brasil tem e pode aprimorar cada vez mais através de políticas de comércio bem elaboradas e

principalmente focadas em seus países vizinhos, tornando-se forte no comércio internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente artigo, observou-se que o comércio internacional é uma via de mão dupla, ou seja, importação e exportação são operações importantes do ponto de vista comercial.

A exportação é uma atividade de grande relevância para os países que a praticam. O aumento da capacidade de produção, a diversificação de mercados e a redução dos riscos a possíveis crises, decorrentes da exportação, são pontos que favorecem o crescimento das empresas. A vinda de novas tecnologias que objetiva uma melhor eficácia dos produtos e serviços também são fatores fundamentais tratando-se de proporcionar competitividade frente aos concorrentes.

Já na importação o país obtém a diversificação nos negócios, abrindo um leque de fornecedores, aumentando a quantidade de produtos fornecidos, inclusive com variedade, e resultando em maiores possibilidades de suprir as necessidades do país além da abertura para a exportação.

Por isso, o comércio exterior tem um papel relevante no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do país e a abertura de novos mercados em potenciais. Se o empresariado brasileiro tiver em mente conceitos básicos de exportação e importação e suas utilidades; se contar com o apoio do governo para reduzir a burocracia, buscar acordos que visam a cooperação comercial, incentivar o conhecimento, sejam eles de caráter profissional e/ou cultural, será possível deixar de lado os pré-julgamentos de que essas são práticas difíceis e que só estão direcionadas a empresas de grande porte.

Manter relações comerciais com países vizinhos pode trazer bons resultados, tanto por vantagens culturais como geográficas. É o caso das relações entre o Brasil e a Argentina. Se, em contrapartida, essas relações têm se revelado complexas, não só pelas negociações políticas e choques de interesses, mas também por serem, ao

mesmo tempo, os principais parceiros, é essencial que ambos objetivem aprimorar o comércio entre si. Dentro deste contexto, há também a formação do Mercosul, que visa o aprofundamento do processo de integração, com a consolidação do livre comércio e a pretensão de alcançar um Mercado Comum e manter um relacionamento externo amplo e variado. Deste modo, pode-se dizer que o Mercosul pratica os princípios do regionalismo aberto e sua participação no mercado internacional – sejam nas importações e/ ou exportações – só tenderia a crescer se internamente não houvesse tanto protecionismo, também existente em outros países, que tem um poder maior sobre produtos de maior competitividade da subregião.

Portanto, os governos devem pensar em não só obter vantagens comerciais, como também na parceria e, com isso, criar as melhores estratégias visando sempre o desenvolvimento e o crescimento tanto social como econômico do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KEEDI, Samir. *ABC do comércio exterior*. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

LANDIN, Raquel. A Argentina vai propor mudança em regras de acordo automotivo. *Valor Econômico*, São Paulo, p. A3, 23 mar. 2009.

LANDIN, Raquel. Setor têxtil brasileiro quer provar a argentinos que os ‘vilões’ são os asiáticos. *Valor Econômico*, São Paulo, p. A2, 24 mar. 2009.

LEO, Sergio. Camex aprova empréstimo à aerolíneas Argentinas. *Valor Econômico*, Brasília, p. A3, 25 mar. 2009.

LOPEZ, José Manoel Cortinas; GAMA, Marilza. *Comércio exterior competitivo*. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

RECKZIEGEL, Ana Luisa Setti. *Integração Econômica entre Brasil e Argentina (1951-54). Possibilidades e Limites*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h2-02.pdf>. Acesso em: 15 set.2009, 10:00h.

ROCHA, Janes. Indústria argentina quer ampliação de conteúdo local na produção de celulares. *Valor Econômico*, Buenos Aires, p. A2, 25 mar. 2009.

ROCHA, Janes. Argentina quer comprar menos autopeças do Brasil. *Valor Econômico*, Buenos Aires, p. A2, 26 mar. 2009.

SCHWEIG, Cristine; EVANGELISTA, Oscar Camilo Silva; NIQUE, Walter Meucci. *Histórico das Relações de Integração Econômica entre Brasil e Argentina e suas influências na Configuração e no Futuro do MERCOSUL*. Disponível em: <http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0057.pdf>. Acesso em: 18 set.2009, 15:00h.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

Disponível em: http://www.aprendendoaexportar.gov.br/informacoes/incoterms_fob.htm. Acesso: 22 set. 2009, 14:00h.

Disponível em: http://www.camarbra.com.br/economia/import_brasileira_argentina.asp. Acesso em: 02 mai.2009, 14:00h.

Disponível em: <http://www.global21.com.br/guiadoexportador/argentina.asp>. Acesso em: 22 out.2009, 11:00h.

Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana>. Acesso em: 02 mai.2009, 14:00h.

Disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/Indice.php>. Acesso em: 20 jul.2009, 12:00h.

Disponível em: <http://www.global21.com.br/guiadoexportador/argentina.asp>. Acesso em: 22 out.2009, 11:00h.

Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: 02 ago.2009, 13:00h.

Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/mercosul/Mercosul.htm>. Acesso em: 10 out.2009, 08:00h.

Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana>. Acesso em: 02 mai.2009, 14:00h.